



Ementas

2º Semestre de 2022



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Adalberto Martins
Disciplina:	Efetividade da Tutela dos Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Diante da revolução tecnológica e das novas formas de trabalho, impõe-se revisitar diversos temas atinentes ao direito material do trabalho, na perspectiva dos direitos fundamentais e da concepção de trabalho decente trazida pela Organização Internacional do Trabalho. Neste contexto, a disciplina objetiva despertar o senso crítico para a pesquisa científica, oferecendo as condições necessárias à utilização do método dedutivo para a solução das diversas questões que se apresentam no âmbito do direito fundamental ao trabalho e do próprio objeto do Direito do Trabalho, trazendo à baila os reflexos das novas tecnologias e da Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho, sem olvidar os temas clássicos que emergem da necessária proteção especial.

Bibliografia Básica:

- ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais (tradução de Virgílio Afonso da Silva), 2ª edição, São Paulo: Malheiros, 2014.
- CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho, 18ª ed. ver., atual. e ampl., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2022.
- MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho, 13ª edição, São Paulo: Saraiva, 2022.
- DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho, 16ª edição São Paulo: LTr, 2022.
- ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito do trabalho esquematizado, 7ª edição, São Paulo: Saraiva, 2021.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Professor Convidado:	Rui Cunha Martins - <i>Ius Gentium Conimbrigae</i> (IGC/CDH) da Universidade de Coimbra
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito Antidiscriminatório e os Sistemas Jurídicos Contemporâneos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina Filosofia do Direito I - Por uma Filosofia Jurídica Antidiscriminatória e os Sistemas Jurídicos Contemporâneos, consiste em investigar o debate de lutas por questões estruturais, fundantes, elementares, necessárias e constantes. Os estudos apontam para o direcionamento de convergência no núcleo de temas que buscam reconhecer a existência de uma estrutura construída a partir de racismos contra indígenas, negros, povos e comunidades tradicionais, de discriminações contra as pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+, imigrantes e refugiadas.

Trata-se de investigar as formas pelas quais os mais diversos privilégios daqueles beneficiados por essa construção social em todas as instâncias dessa sociedade acontecem.

Em uma proposta não eurocêntrica de aprendermos com aqueles que nos antecederam, para decolonizarmos os corpos que foram sistematicamente excluídos, que investigaremos elementos de críticas jurídicas e sociais.

E assim propõem-se estudos Decolonizadores no campo do Direito a fim de entendermos as múltiplas identidades nacionais e a compreensão de como o sistema jurídico passa, nos últimos tempos, por atos normatizados que consistem em revogações ou denúncia de normas protetivas de populações vulneráveis com o fito etnocida ou com intuito de minorar garantias estatuídas pela norma revogada.

Bibliografia Básica:

CAMPILONGO, Celso Fernandes, GONZAGA, Alvaro de Azevedo e FREIRE André Luiz (coords.). Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Teoria



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br>

CARVALHO, Matheus. Privilégios brancos no mercado de trabalho: Diversidade, raça e racismo entre profissionais no Brasil contemporâneo. São Paulo, Matrioska, 2021.

GALIB, Carolina Piccolotto. Imigrantes e refugiados. São Paulo, Matrioska, 2021.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo Decolonialismo Indígena, São Paulo, Matrioska, 2^a ed. 2022.

LANCELLOTTI, Júlio. Tinha uma pedra no meio do caminho. São Paulo, Matrioska, 2021.

PIMENTEL, Silvia e BIANCHINI, Alice. Feminismo(s). São Paulo, Matrioska, 2021.

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca. Inclusão não é favor nem bondade. São Paulo, Matrioska, 2021.

SERRANO, Mariana e CLARO, Amanda. Vidas LGBTQIA+: Reflexões para não sermos idiotas. São Paulo, Matrioska, 2021.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Disciplina:	Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A disciplina ORDENAMENTO JURÍDICO E SISTEMA visa apresentar algumas das principais teorias sobre o que seja o Direito como sistema de normas, logicamente estruturadas num todo coerente que é o ordenamento jurídico. O método didático será o de aulas expositivas e debates em seminários, desde o conceito devido a Santi Romano, criador do neologismo "ordinamento giuridico" até a mais recente visão de Norberto Bobbio, adotando a construção escalonada das normas concebida por Hans Kelsen, até chegar à ideia de Direito como "sistema de generalização congruente das expectativas comportamentais" na obra de Niklas Luhmann. De tais teorias sobre o fenômeno jurídico como sistema decorrem inúmeras questões a serem analisadas, como o aprofundamento do conceito do que é sistema nas várias épocas da História do Direito, desde os autores jusnaturalistas do século 17 e 18, como Christian Wolff, Samuel Pufendorf e Christian Thomaius, passando pelos historicistas do século 19, como Friedrich Carl von Savigny e pelos Pandectistas como Bernhard Windscheid, até chegar à ideia de Direito como sistema, com base na Sociologia de Talcott Parsons e ao desafio da globalização, levando o Direito a se aproximar da Teoria da Comunicação, como sugere a recente pesquisa de Thomas Vesting.

Bibliografia Basica:

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo, Editora Martins Fontes, 3ª edição, 2010.

CAMPILONGO, Celso Fernandes, GONZAGA, Alvaro de Azevedo e e FREIRE André Luiz (coords.). Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br>



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1ª edição, 2002.

LUHMANN, Niklas. O Direito da Sociedade. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2016.

RAZ, Joseph. O Conceito de Sistema Jurídico: uma Introdução à Teoria dos Sistemas Jurídicos. Tradução de Maria Cecília Almeida. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1ª edição 2012, 2ª tiragem 2018.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Carolina Alves de Souza Lima
Professor Convidado:	Wagner Balera
Disciplina:	Direitos Humanos e Cidadania dos Vulneráveis, Marginalizados e Excluídos
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O presente curso visa abordar, a partir da perspectiva dos direitos humanos, a construção da cidadania a partir daqueles que não a têm dignamente reconhecida, como os vulneráveis, os marginalizados e os excluídos no Brasil. Para tanto, será necessário realizar abordagem histórica, social, política e cultural do Brasil ao longo da sua história até à atualidade. A história da conquista dos direitos humanos e da cidadania no Brasil apresenta percurso completamente diferente do percorrido na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. O período colonial foi marcado pelo desrespeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana, fundamentalmente nas figuras do índio e do negro, mas também se estendia à grande maioria da população, carente de direitos e de cidadania. O Império marca a independência política do Brasil colônia. No entanto, foi um período de exclusão social e política da grande maioria da população. Foi o período de extinção paulatina da escravidão que se consolidou em 13 de maio de 1888 com a Lei Áurea. No longo período republicano serão analisados os avanços em relação à conquista da cidadania, mas também as contradições e retrocessos na busca pela efetividade dos direitos humanos. A partir da Constituição de 1988 serão apresentadas as tensões da contemporaneidade, com destaque a determinados temas como o racismo e o preconceito; a exclusão social; os desafios da educação em direitos humanos; o refúgio, a migração e o deslocamento interno; o sistema carcerário e a sua falência; os direitos dos povos indígenas; os desafios na proteção dos direitos da criança e do adolescente; a cultura da violência versus a cultura da paz; o direito à paz e ao desenvolvimento e o multiculturalismo.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner. A Dignidade da Pessoa e o Mínimo Existencial. In: Jorge Miranda e Marco Antonio Marques da Silva. (Org.). Tratado Luso-Brasileiro Da dignidade Humana. São Paulo - SP: Editora Quartier Latin, 2008, v. 1, p. 1341-1359.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O Longo Caminho. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LIMA, Carolina Alves de Souza. Cidadania, Direitos Humanos e Educação: Avanços, Retrocessos e Perspectivas para o Século 21. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2019.

LUÑO Antonio E. Perez. Ciberciudadaní@ o ciudadaní@.com? Barcelona: Gedisa, 2003.

PINSKY, Jaime e Pinsky, Carla Bassanezi. História da Cidadania. Org: Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2003.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Celso Fernandes Campilongo
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Direito, força e coerção
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	Sábado
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Reexaminar a questão clássica da relação entre direito, força e coerção, a partir da obra de Frederick Schauer, em particular do livro "The Force of Law". A pergunta é: a coerção é elemento essencial do conceito de direito e da normatividade especificamente jurídica? Autores importantíssimos da Teoria do Direito do século XX - como Olivecrona, Ross, Kelsen, Hart e Bobbio, apenas por exemplo - ofereceram diferentes respostas à indagação. Durante muito tempo, o direito foi definido como ordem coativa. A Teoria Jurídica atual, entretanto, relativiza a relevância do elemento coercitivo. O curso pretende reconstituir o debate e redescrever as possíveis respostas contemporâneas ao problema.

Bibliografia Básica:

FREDERICK SCHAUER. The Force of Law. Cambridge: Harvard University Press, 2015. Há previsão de edição brasileira, pela Editora Martins Fontes, em 2022. Também disponível em espanhol e italiano.

CHRISTOPH BEZEMEK e NICOLETTA LADAVAC. The Force of Law Reaffirmed. Switzerland: Springer, 2016.

H. L. A. HART. O conceito de direito. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KENNETH EINAR HIMMA. Coercion and the Nature of Law. Oxford: Oxford University, 2020.

EDGARD DE GODÓI DA MATA MACHADO. Direito e coerção. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.

NORBERTO BOBBIO. Estudos por uma Teoria Geral do Direito. São Paulo: Manole, 2015



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Clarice Von Oertzen de Araújo
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito e Pragmatismo
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

- A disciplina foi atualizada e está de acordo com a Resolução nº 423 do Conselho Nacional de Justiça, emitida em 05/10/2021.
- Apresentação das características gerais do pragmatismo jurídico: o antifundacionalismo, o consequencialismo, o contextualismo, a instrumentalidade e a interdisciplinaridade nos processos de concretização do Direito;
- Examinar as posições do pragmatismo jurídico na comparação com o Racionalismo, o Empirismo, e o Utilitarismo.
- Exibir a posição do pragmatismo legal acerca da percepção da Justiça, sobretudo na observância aos precedentes judiciais, a estabilidade da jurisprudência e a segurança jurídica.
- Explicar o diálogo entre Pragmatismo Jurídico e Análise Econômica do Direito
- No Processo Cognitivo de Decisão esclarecer os ganhos que o silogismo abduutivo é capaz de trazer para o raciocínio jurídico e para a aplicação da lei aos casos concretos, a fim de fornecer:
 - a) qualificação de fatos relevantes;
 - b) construção de fatos jurídicos e implicações probatórias;
 - c) identificação dos princípios jurídicos relevantes;
 - d) formulação da melhor hipótese para a consecução de uma finalidade pretendida.

Bibliografia Básica:

- DEWEY, John. Logical Method and Law. The Philosophical Review, vol. 33, nº 6 (Nov., 1924), pp. 560-572.
- CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. O pragmatismo no Supremo Tribunal Federal Brasileiro. In BINENBOJM, Gustavo; NETO, Claudio Pereira de Souza; SARNENTO, Daniel. Vinte anos da Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

NÓBREGA, Flavianne Fernanda Bitencourt. Um método para a investigação das consequências: a lógica pragmática da abdução de C. S. Peirce aplicada ao Direito. João Pessoa, Ideia, 2013.

POGREBINSCHI, Thamy. Pragmatismo: teoria social e política. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2005.

REGO, George Browne. O pragmatismo como alternativa à legalidade positivista: o método jurídico-pragmático de Benjamin Natham Cardozo. In Revista Duc In Altum - Caderno de Direito, vol. 1, n° 1, jan/dez de 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Principais fundamentações filosóficas sobre o que seja o objeto da Ciência do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina FILOSOFIA DO DIREITO I visa proporcionar aos candidatos ao título de Mestre em Direito algumas das principais fundamentações filosóficas sobre o que seja o objeto da Ciência do Direito, através de aulas expositivas e debates em seminários. Começará com definir a filosofia em geral, a filosofia do direito e suas divisões; a teoria do conhecimento; a teoria dos objetos, localizando o objeto específico da Ciência do Direito no mundo dos valores e da cultura. Passará em revista as principais escolas da filosofia do direito, desde o jusnaturalismo clássico até as fundamentações de cunho racionalista e idealista, de Descartes no século XVII a Kant no século XVIII. Mostrará a base kantiana do normativismo de Hans Kelsen, no início do século XX e sua radical rejeição da ideia de justiça, como finalidade do direito. Mostrará o impacto dos regimes totalitários sobre o direito na primeira metade do século XX e o impasse em que se viram os tribunais para a condenação de genocídios,, praticados com amparo no direito positivo, vigente em tais regimes. Mostrará a restauração do conceito de dignidade da pessoa humana na Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948. Salientará a contribuição de Jacques Maritain, Luíz Recaséns-Siches e Miguel Reale e Jurgen Habermas, rumo a uma visão integradora: normativa, fática e axiológica do fenômeno jurídico. Abordará em seguida novas visões do direito de Robert Alexy, Ronald Dworkin e Niklas Luhmann, mais ligadas ao decisionismo judiciário ou à visão do direito como sistema auto sustentável de normas.

Bibliografia Básica:

GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.

PEDRON, Flávio Quinaud. Teoria do Direito Contemporânea: Alexy, Dworkin, Habermas. Belo Horizonte, Editora Conhecimento, 2020.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 20^a edição, 2002. 9^a tiragem, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Principais visões sobre o que seja o objeto e o método da Ciência do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina TEORIA DO DIREITO visa proporcionar aos candidatos ao título de Mestre em Direito algumas das principais visões sobre o que seja o objeto e o método da Ciência do Direito, através de aulas expositivas e debates em seminários, desde a concepção bizantina do "Corpus Juris Civilis" ("o direito como sistema didático-expositivo das matérias compiladas das leis romanas e das definições dos fundadores da sua jurisprudência ") até as mais recentes visões do direito no século XX, como "sistema autopoiético de generalização congruente das expectativas comportamentais garantidas" (Niklas Luhmann), passando pela compreensão do direito como sistema de normas racionalmente encadeadas de Lambert e Wolff, no século XVIII, pela explicação sociológica positivista no século XIX, até a noção do "direito como norma pura" na redução normativista e monista de Hans Kelsen; "o direito como integração fato-valor-norma", posição tridimensional do fenômeno jurídico, segundo Miguel Reale; "o direito como estrutura funcional" para Norberto Bobbio. De tais teorias sobre a Ciência do Direito decorrem inúmeras questões a serem analisadas como o conceito do que é fonte do direito, em matéria de nomogênese jurídica; o papel da argumentação na aplicação da norma; o papel da técnica e suas limitações na decisão jurídica, conforme foi estudado por Robert Alexy e Ronald Dworkin; a inevitável implicação entre direito e política, vista por Marcelo Galuppo ; entre direito e linguagem, comprovada por Hans G. Gadamer.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2008.

DWORKIN, Ronald. Levando o Direito a Sério. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2020, 3ª edição.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

PEDRON, F. Quinaud & OMMATI, J.E.Medauar. Teoria do Direito Contemporânea. Belo Horizonte, Conhecimento Editora, 2020, 2ª edição.

REALE, Miguel. Fundamentos do Direito. São Paulo, Editora Migalhas, 4ª edição, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Cláudio Finkelstein
Disciplina:	Arbitragem - As novas técnicas de solução de controvérsias
Núcleo de Pesquisa:	Direito das Relações Econômicas Internacionais
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Busca expandir a compreensão da arbitragem nas comunidades acadêmica e profissional, bem como apresentar a profissionais e estudantes do Direito nacional as novas técnicas de solução de controvérsias.

Bibliografia Básica:

- BERALDO, Leonardo de Faria. Curso de Arbitragem - Nos Termos da Lei 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2014.
- CAHALI, José. Curso de Arbitragem, 5 eds., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- DELUIGGI, Marco - O conflito de culturas na produção de provas em Arbitragens Internacionais. In. FINKELSTEIN, Claudio; CASADO FILHO, Napoleão; VITA, Jonathan- Arbitragem Internacional, CISG e Direito Brasileiro. Quartier Latin, São Paulo, 2010.
- FINKELSTEIN, Claudio - Arbitragem Internacional e Legislação Aplicável In. FINKELSTEIN, Claudio; CASADO FILHO, Napoleão; VITA, Jonathan - Arbitragem Internacional, CISG e Direito Brasileiro. Quartier Latin, São Paulo, 2010.
- PAULSSON, Jan, The Idea of Arbitration - Oxford U. P., 2013.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Cláudio José Langroiva Pereira
Disciplina:	Processo Penal e Sistema Constitucional: Revisitando Condutas Desviantes de Tradição Inquisitória
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Penal
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Processo Penal brasileiro: entre o constitucionalismo e a mentalidade inquisitória. 2. A dualidade processual penal em face do descompasso de uma teoria geral do processo. 3. Sistema inquisitorial, sistema misto e sistema acusatório. 4. Processo Penal Constitucional e a adequação do Processo Penal ao Sistema Constitucional de Direitos e Garantias Fundamentais: princípios constitucionais orientadores do Processo Penal Constitucional. 5. Processo Penal como efetivação da prevenção especial e da prevenção geral integradoras - deformidade do processo penal de garantias. 6. Princípios Constitucionais e a Atividade Jurisdicional: Juiz interpretação e concretização da eficácia jurídica constitucional através do processo penal. 7. Imparcialidade no Processo Penal Brasileiro e a formação do Juiz das Garantias. 8. Fundamentação das decisões judiciais, conceitos jurídicos indeterminados, enunciado, precedente e jurisprudência. A súmula vinculante, sua natureza constitucional e o princípio do livre convencimento motivado no processo penal. 9. Audiência de custódia, prisões cautelares e medidas cautelares alternativas. O direito fundamental a estar na presença de um juiz. As prisões cautelares e o perigo gerado pelo estado de liberdade. Medidas alternativas e uma cultura de não encarceramento. 10. Jurisdição e competência: a instituição da jurisdição e os juízos penais, a crise nos critérios de definição da competência penal. 11. Prisão cautelar e execução de pena. o trânsito em julgado e o início de cumprimento. Presunção de inocência, direitos do preso e a lei de execução penal. Trânsito em julgado material e formal. 12. Prova e processo. Prova ilegal, ilícita e ilegítima. Prova ilícita por derivação. A Constituição Federal e a prova ilícita em favor do réu. A proibição da prova e a teoria intermediária do princípio da proporcionalidade. Prova ilícita e cadeia de custódia. 13. Nulidades: previsão legal e arguição como instrumento de regulação constitucional do processo penal. 14.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Construções alternativas sistêmicas em um sistema de obrigatoriedade positivada. Relativização do sistema de política criminal e prática jurídica. Negociação penal e Obrigatoriedade da Persecução Penal: transação penal, suspensão condicional do processo, acordo de não persecução penal e colaboração premiada, em face do princípio da presunção de inocência..

Bibliografia Básica:

PEREIRA, Claudio José Langroiva. Proteção Jurídico-Penal e direitos universais - tipo, tipicidade e bem jurídico universal, São Paulo: Editora Quartier Latin, 2008.

SILVA, Marco Antonio Marques da. & Miranda, Jorge (coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana, Lisboa/São Paulo: Editora Almedina / Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

SCHUNEMANN, Bernd: Estudos de direito penal, direito processual penal e filosofia do direito / Bernd Schünemann; coordenação Luís Greco. São Paulo : Marcial Pons, 2013.

BINDER, Alberto M. Fundamentos para a reforma da Justiça Penal. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2017

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda et alli. Mentalidade inquisitória e processo penal no Brasil. Curitiba: Observatório da Mentalidade Inquisitória, 2018, vol. 1-4.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida
Disciplina:	Tutelas Material e Processual dos Direitos Fundamentais Difusos, Coletivos e Individuais: Conflituosidade, Litigiosidade e Sustentabilidade
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina, que será ministrada por professores do Núcleo de Pesquisa em "Direitos Difusos e Coletivos", se propõe a examinar os institutos e instrumentos que propiciam as adequadas tutelas material e processual dos direitos fundamentais, difusos e coletivos (direitos políticos, econômicos, socioambientais), sendo uma realidade as crescentes conflituosidade e litigiosidade entre tais direitos e em relação aos direitos individuais, na desafiadora sociedade tecnológica globalizada dos tempos atuais. As pesquisas serão desenvolvidas sob a perspectiva histórico-evolutiva da proteção jurídica internacional e nacional, analisando-se criticamente os avanços e retrocessos, com repercussão nos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais. O enfoque será interdisciplinar envolvendo não apenas áreas do Direito (Internacional, Constitucional, Administrativo, Econômico, Tributário, Socioambiental, Urbanístico, Processual), como também outras ciências (Filosofia, Ciência Política, Sociologia, Antropologia) e os avanços tecnológicos (PD&I). As discussões deverão, ademais, considerar os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) da Agenda 2030 da ONU, e os indicadores ESG (Environmental, Social and Governance), de natureza transdisciplinar, relevantes para a promoção da cultura da sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

1. CANOTILHO, J.J. Gomes. Estudos sobre Direitos Fundamentais
2. COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos
3. SYMONIDES, Janusk (Org.). Direitos humanos: novas dimensões e desafios. Brasília: UNESCO. Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

4. YOSHIDA, Consuelo Y. M.; VIANNA, Marcelo D. B.; KISHI, Sandra A. K. (Coord.) *Finanças Sustentáveis: ESG, Compliance, Gestão de Riscos e ODS*. Publicação: CNMP, ABRAMPA, CNJ. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/regiao3/atos-e-publicacoes/e-book-financas-sustentaveis-esg-compliance-gestao-de-riscos-e-ods-1>
5. *Legislação Comentada: A Constituição e o Supremo*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/constituicao.asp>. *Constituição Federal Comentada (livro eletrônico)*. Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery/São Paulo: Thomson Reuters Brasil.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Elizabeth Nazar Carrazza
Disciplina:	A Efetividade do Sistema Constitucional Tributário
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A pesquisa abordará a efetividade do Direito Tributário em sua mais expressiva essência, que é a constitucional. Para tanto, será esmiuçado o sistema constitucional tributário, com ênfase nos princípios, nas normas gerais em matéria de legislação tributária, nas competências tributárias, nas limitações ao poder de tributar e na possibilidade de utilização dos mecanismos tributários na promoção do desenvolvimento econômico, político e social, bem como na proteção do meio ambiente, do mínimo vital e da dignidade da pessoa humana.

Bibliografia Básica:

- 1 - Roque Antonio Carrazza - Curso de Direito Constitucional Tributário (Malheiros Editores, São Paulo, 31ª ed., 2017)
- 2 - Paulo de Barros Carvalho - Direito Tributário Linguagem e Método (Editora Noeses, São Paulo, 6ª ed., 2015)
- 3 - Geraldo Ataliba - Hipótese de Incidência Tributária (Malheiros Editores, São Paulo, 6ª edição, 9ª tiragem, 2008)
- 4 - Mizabel Abreu Machado Derzi - Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário (Editora Noeses, São Paulo, 2009)
- 5 - Renato Lopes Becho - Lições de Direito Tributário (Editora Saraiva, São Paulo, 3ª edição, 2015).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Estevão Horvath
Professor Convidado:	Luiza Nagib
Disciplina:	Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar na Jurisprudência dos Tribunais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Dentro da linha de pesquisa "Direito Constitucional e Processual Tributário", a disciplina aqui oferecida tem por objeto estudar aquilo que a Constituição Federal denomina "Limitações ao poder de tributar", especificamente os princípios constitucionais tributários e as imunidades na sua teorização e, principalmente, na visão que destes temas possuem nossos tribunais, passando, por conseguinte, pelos modos de interpretação aplicados no presente.

Bibliografia Básica:

- Baleeiro, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar, Ed. Forense, atualizado por Misabel Derzi
- Ataliba, Geraldo. República e Constituição, Malheiros ed.
- Carrazza Roque. Curso de Direito Constitucional Tributário, Malheiros ed., 29ª. ed., 2013
- Carvalho, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário, Ed. Noeses
- Costa, Regina Helena. Imunidades Tributárias - Teoria e Análise da Jurisprudência do STF - 3ª Ed. 2015, Malheiros ed.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Evani Zambon Marques da Silva
Disciplina:	Psicologia Jurídica: Questões Contemporâneas da Lei e da Subjetividade Humana
Núcleo de Pesquisa:	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A Psicologia apresenta ao Direito elementos para a compreensão de diversos dilemas que assolam o cotidiano forense. Os processos psíquicos individuais e sociais que governam a natureza humana estão cada vez mais imbricados nos inúmeros dilemas que envolvem as relações. Com a crescente judicialização dos problemas vividos pela humanidade, o raciocínio interdisciplinar vem se apresentar como um debate profícuo que vai além de uma hierarquia de saberes. O atravessamento da subjetividade humana nas questões jurídicas é cada vez mais debatido, alcançando a tomada de decisões e todo o universo legal. O contexto histórico, social e legal mistura-se ao emocional ensejando uma discussão que trata de problemas concretos e, que necessariamente, valoriza a existência da subjetividade humana.

Bibliografia Básica:

- COHEN, Cláudio. FERRAZ, Flávio F.; SEGRE, Marco. Saúde Mental, Crime e Justiça. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- FOUCAULT, Michel. A Verdade e as Formas Jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- HUSS, Mathew. Psicologia Forense. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- PEREIRA, Claudio J.L.; SILVA, Evani Z. M. da. (coords.). Psicologia Judiciária e Segurança Social: relações entre o Direito e a Psicologia. São Paulo: Quartier Latin, 2021.
- SILVA, Evani Zambon Marques da; CASTRO, Lídia R. Folgueira. Psicologia Judiciária. São Paulo: Edipro, 2012.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Fabiana Del Padre Tomé
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - norma jurídica e teoria da prova na aplicação do direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo da norma jurídica e do respectivo processo de positivação pela perspectiva do constructivismo lógico-semântico, com ênfase nas dimensões sintática, semântica e pragmática da prova, inerentes à aplicação do direito. Para tanto, parte-se da idéia de ordenamento como conjunto de normas jurídicas, examinando-se os requisitos para que se opere a incidência. É nesse contexto que serão examinados os aspectos morfológico, sintático, semântico e pragmático da prova. Trata-se de disciplina voltada ao estudo hermenêutico-analítico do direito, aprofundando-se nos seguintes tópicos: I - Conhecimento, verdade e direito. II - Autopoiese do sistema do direito positivo. III - Estrutura da norma jurídica. IV - Dinâmica da incidência normativa. V - Noções gerais sobre a prova e sua função no ordenamento. VI - Meios de prova. VII - Morfologia da prova. VIII - Dinâmica probatória na concretização do direito. IX - Axiologia das provas.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros (Coord). Constructivismo lógico-semântico. Vol. III. São Paulo: Noeses, 2019.

HAACK, Susan. Evidence Matters: Science, Proof, and Truth in the Law. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

TARUFFO, Michele. Uma simples verdade: o juiz e a construção dos fatos. Tradução de Vitor de Paula Ramos. São Paulo: Marcial Pons, 2012.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no direito tributário. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2016.

VILANOVA, Lourival. Causalidade e relação no direito. 5. ed. São Paulo: Noeses, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Gabriel Benedito Issaac Chalita
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Relações entre Ética e Direito na Filosofia Clássica dos Gregos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade o estudo dos principais temas da Filosofia do Direito na antiguidade grega e sua relação com as outras escolas. O referencial teórico fundamental é a *Ética a Nicômacos* de Aristóteles. A partir dessa obra busca-se discutir a justiça em outros autores contemporâneos a Aristóteles e a influência exercida sobre as escolas da Filosofia do Direito que vieram depois. Além disso, o objetivo é trabalhar uma metodologia que prepare o aluno para o magistério e para a pesquisa científica.

Bibliografia Básica:

AQUINO Tomás de. *A Prudência - A virtude da decisão certa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos* 3ª ed., Brasília: UnB, 1999.

DESCARTES, René. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. São Paulo: Edipro, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Georges Abboud
Disciplina:	Pós-modernidade e direito: da degeneração à autoregulação
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso exporá a partir de uma tríade argumentativa a relação da evolução da modernidade e da pós-modernidade em direção à a autonomia do direito. Assim, a disciplina examinará a relação entre complexidade e desenvolvimento do direito, inclusive da jurisdição constitucional. Para atingir tal desiderato, a apresentação do curso exporá o (anti)paradigma da degeneração e o paradigma da decisão de modo a demonstrar como a queda da República de Weimar é um dos acontecimentos fulcrais na definição do direito como conhecemos hoje. Por fim, a última aula será dedicada à análise do paradigma da proceduralização, de modo a compreender as razões pelas quais o direito tem morrido em face da globalização de das novas tecnologias e, por isso, exige uma reformulação, um novo modo de solucionar casos altamente complexos e paradoxais, típicos da pós-modernidade, em especial a autoregulação.

Objetivo geral

Demonstrar aos alunos como a contemporaneidade – tratada na falta de melhor nomenclatura como pós-modernidade – impacta profundamente no paradigma positivista que conhecemos, mais precisamente, no paradigma da decisão exigindo acoplamento de outros mecanismos de tratamento de normatividade como a autorregulação.

Metodologia

As aulas serão ministradas com diferentes metodologias, algumas serão expositivas, outras com debates sobre textos previamente selecionados. Ao final, conta elaboração e correção dos trabalhos

Bibliografia Básica:

ABBOUD, Georges. Direito Constitucional Pós-Moderno, São Paulo: Revista dos Tribunais/Thomson Reuters, 2021.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

_____. Processo Constitucional Brasileiro, 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais/Thomson Reuteurs, 2021.

_____; CARNIO, Henrique G.; OLIVEIRA, Rafael T. Introdução ao direito: teoria, filosofia e sociologia do direito, 6ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais/Thomson Reuteurs, 2022.

ALBALAT, Antoine. A Arte de Escrever em Vinte Lições. Campinas: Vide Editorial, 2015.

ARISTÓTELES. Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARZUN, Jacques. Simple and direct - A rhetoric for writers. New York: Quill, 2001.

BEULAC, Stephane (ed.) Guide de style juridique. Ontario: Markham, 2006.

BENOIT, Florence e BENOIT, Olivier. Pratique de l' écrit juridique et judiciaire, Paris: Editions Francis Lefebvre, 2017.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindsey. Nova Gramática do Português Contemporâneo. São Paulo: Lexicon, 2021.

CALVINO, Italo. Por que ler os clássicos? São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARRIÓ, Genaro. Cómo estudiar y como argumentar un caso: consejos elementales para abogados jóvenes. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1995.

_____. Como fundar um recurso: nuevos consejos elementales para abogados jóvenes. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1996.

CHAVES DE MELLO, Gladstone. Ensaio de estilística da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Poseidon, 1979.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese? São Paulo: Perspectiva, 2010.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. Prática de texto para estudantes universitários. São Paulo: Vozes, 2014.

FIORIN, José Luiz. Argumentação. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

FLUSSER, Vilém. A Escrita - Há futuro para a escrita? São Paulo: Annablume, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar, escrever, esquecer. São Paulo: Editora 34, 2009.

GARCIA, Othon M.. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GARNER, Bryan A.. Legal Writing in Plain English. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

GIL, Antonio Hernandez. El Abogado y el Razonamiento jurídico. Madrid: Ed. Autor, 1975.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

- GOWERS, Ernest. Plain Words: A guide to the use of English. London: Penguin, 2014.
- GRAVES, Robert e HODGE, Alan. The reader over your shoulder - A handbook for writers of English prose. New York: RosettaBooks, 2018.
- HORÁCIO (QUINTO HORÁCIO FLACO), Epistula ad Pisones (Arte poética), trad. port. de Bruno Maciel, Darla Monteiro, Júlia Avelar e Sandra Bianchet, Belo Horizonte, Viva Vox, 2013.
- KLEMPERER, Victor. A linguagem do Terceiro Reich, Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. A coesão textual. São Paulo: Editora Contexto, 1989.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2018.
- KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história, Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- _____. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos, Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, 2006.
- LEGRAND, Pierre, Como ler o direito estrangeiro, São Paulo, Contracorrente, 2018.
- LE GOFF, Jacques. A história deve ser dividida em pedaços? São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LUCAS, F.L. Style: The art of writing well. Hampshire: Harriman House Ltd, 2020.
- MAFEI RABELO QUEIROZ, Rafael; FEFERBAUM, Marina (coord.), Metodologia Jurídica: Um Roteiro Prático para Trabalhos de Conclusão de Curso. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MORIN, Edgar. Amor. Poesia. Sabedoria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas. Editora da Unicamp, 2018.
- RODRIGUES LAPA, Manuel. Estilística da Língua Portuguesa. São Paulo: Martins. Fontes, 1998.
- SILVEIRA MARCHI, Eduardo César. Guia de Metodologia Jurídica - Teses, Monografias e Artigos, 3ª ed. São Paulo: YK, 2017.
- STOLLEIS, Michael. Escrever História do Direito: reconstrução, narrativa ou ficção?, São Paulo: Contracorrente, 2021.
- THOMAS, Francis-Noel e TURNER, Mark. Clear and simple as the truth: writing classic prose. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- ZINSSER, Willian. On Writting Well - The Classic Guide to Writting Nonfiction. New York: Harper Collins, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Gilson Delgado Miranda
Disciplina:	Tutela Individual e Coletiva do Consumidor: uma visão atual a partir dos impactos do Código de Processo Civil de 2015
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina se destina ao exame dos impactos causados pelo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105, de 16.03.2015) na tutela jurisdicional do consumidor, a título individual e coletivo. Serão abordados temas como litisconsórcio e intervenção de terceiro; a intervenção do amicus curiae; incidente de desconconsideração da personalidade jurídica; ônus da prova e sua inversão; antecipação da prova; tutela provisória; competência e critério de prevenção para as ações coletivas; coisa julgada e a questão prejudicial; o incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações individuais e coletivas do consumidor; as alterações no sistema recursal; os precedentes e sua vinculação; conciliação, mediação e arbitragem nos processos relativos a lides de consumo etc.

Bibliografia Básica:

ARRUDA ALVIM, Teresa, KUKINA, Sérgio Luiz, OLIVEIRA, Pedro Miranda de, FREIRE, Alexandre. O CPC de 2015 visto pelo STJ. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2021.

ARRUDA ALVIM, Teresa, DIDIER JR., Fredie, TALAMINI, Eduardo, DANTAS, Bruno (Coordenadores). Breves comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ARRUDA ALVIM, Teresa, CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins, RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva, MELLO, Rogério Licastro Torres de. Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

GRINOVER, Ada Pelegrini et alii. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012, vol. II, Processo Coletivo (arts. 81 a 104 e 109 a 119).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e dos consumidores (Lei 7,347/85 e legislação complementar). 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

PIZZOL, Patricia Miranda. Tutela coletiva: processo coletivo e técnicas de padronização das decisões. São Paulo: RT, 2020.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Giovanni Ettore Nanni
Disciplina:	Teoria geral das obrigações
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O plano de estudos objetiva analisar a teoria geral das obrigações. Serão pesquisados, mediante investigação crítica e sistemática de diversos institutos, os aspectos e conceitos estruturais do tema, em especial ligados à patologia. Entre os pontos a serem debatidos: princípios fundamentais do Direito das Obrigações; relação obrigacional complexa; modalidades obrigacionais; adimplemento; impossibilidade superveniente da prestação; mora; violação positiva do crédito e cumprimento defeituoso; inadimplemento absoluto; inadimplemento anterior à época para cumprimento; inadimplemento não imputável: caso fortuito e força maior; perdas e danos: danos emergentes e lucros cessantes; nexos de causalidade; perda de chance; desconto de proveitos (compensatio lucri cum damno); interesse positivo e interesse negativo; mitigação de danos.

Bibliografia Básica:

ALVIM, Agostinho. Da inexecução das obrigações e suas consequências. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

CORDEIRO, António Menezes. Tratado de direito civil: direito das obrigações: introdução: sistemas e direito europeu: dogmática geral. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2012, v. 6.

MARTINS-COSTA, Judith. Comentários ao novo Código Civil: volume 5, tomo 2: do inadimplemento das obrigações. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SILVA, Clóvis do Couto e. A obrigação como processo. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1976.

NANNI, Giovanni Ettore. Inadimplemento absoluto e resolução contratual: requisitos e efeitos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Guilherme de Souza Nucci
Disciplina:	Teoria da Pena em Perspectiva Constitucional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Princípios constitucionais do Direito Penal: legalidade, proporcionalidade, responsabilidade pessoal, humanidade, individualização. Pena: conceito e fundamentos. Confrontos do Direito Penal com a Criminologia e com a Política Criminal. Enfoque da individualização da pena: conceito, critérios, metodologia e sistemática.

Bibliografia Básica:

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal, volume 1.

_____. Individualização da pena.

_____. Princípios constitucionais penais e processuais penais.

ROXIN, Claus. Derecho penal - parte general.

WELZEL, Hans. Derecho penal alemán.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Produção Bibliográfica
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Mestrado em Direito)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	15h00 às 19h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

A publicação de artigos, coletâneas, anais, com o objetivo de implementar a produção do Programa exige específica formação dos alunos. De particular dificuldade se reveste a produção discente nos padrões que, presentemente, são exigidos pela Área do Direito da CAPES.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa e ao projeto apresentado ao Orientador bem como os critérios de escolha dos periódicos aptos a receber as publicações elaboradas pelo discente, a partir da reflexão a respeito da área de atuação do aluno.

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2^a ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11^a.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20^a ed., São Paulo: Cortez, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	O sistema qualis e a produção de artigos - como e onde publicar
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Doutorado em Direito)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	14h00 às 19h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

O essencial na produção científica é a busca de sua qualificação. Não basta elaborar um texto. Ele deve obedecer ao exigido pelas regras da Capes.

A publicação artigos, coletâneas, anais do Programa devem obedecer aos padrões exigidos pela Área do Direito da CAPES que, muitas vezes, não são do conhecimento e compreensão de todos os alunos.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa do Programa. Durante o curso, haverá a elaboração de, no mínimo, dois artigos com a orientação do docente.

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Marcelo Gomes Sodré
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Uma visão filosófica dos direitos difusos materiais
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem por objetivo refletir, do ponto de vista filosófico, sobre o surgimento dos direitos difusos materiais, seu contexto histórico, teórico e consequências. Para tanto, será dado destaque especial à problemática que envolve a vulnerabilidade contemporânea na civilização tecnológica, o papel do direito e os fundamentos do surgimento do direito ambiental e do direito do consumidor. As perguntas básicas que se buscará responder são: como o projeto racional/iluminista resultou nas catástrofes do Século XX? Em qual contexto filosófico surgiram os chamados direitos difusos materiais? Eles são frutos de uma ruptura da pós-modernidade? Que tipo de ruptura e com quais consequências? Como o direito deve tratar o tema do risco na sociedade contemporânea? É possível se falar de uma ética na pós-modernidade?

As aulas abordarão, por meio da leitura de textos e debates em sala de aula, os seguintes temas: a sociedade pós-moderna e o direito; o processo de globalização e o direito; a sociedade de risco e o direito; a sociedade de consumo e o direito; a ética no mundo contemporâneo, fundamentos filosóficos na formação do direito ambiental e do direito do consumidor; natureza material dos direitos difusos; os bens difusos protegidos; a relação entre direitos difusos e direitos fundamentais; a posição dos direitos difusos no concerto geral da ciência do direito; direitos difusos e políticas públicas; judicialização dos conflitos sociais e conflitos entre direitos difusos.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto - A Era dos Direitos;
BECK, Ulrich - Sociedade de Risco;
JONAS, Hans - O princípio responsabilidade;



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

LIPOVETSKY, Gilles - A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo;

DWORKIN, Ronald - Levando os direitos a sério.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Marcelo Guedes Nunes
Disciplina:	Estratégias e armadilhas em disputas societárias complexas
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A matéria pretende, a partir da discussão dos resultados observados em conflitos reais e complexos, definir os instrumentos disponíveis para o exercício e tutela do direito societário e induzir quais seriam as estratégias dominantes a serem adotadas por sócios majoritários, minoritários, consultores, conselheiros e diretores de sociedades, bem como por cotistas, administradores, gestores e custodiantes de fundos de investimentos em diversos tipos de conflitos societários, incluindo medidas administrativas junto à Comissão de Valores Mobiliários e ações de exclusão de sócios, de superação de impasses e empates em deliberações, invalidação de deliberações, apuração de haveres, execução de acordos de sócios, responsabilização de sócios, responsabilização de administradores, dentre outras.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2018.

NOVAES FRANÇA, Erasmo Valladão. Invalidade das deliberações de assembleia das S/A e outros escritos sobre o tema da invalidade das deliberações sociais. 2ª ed. rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2017.

NUNES, Marcelo Guedes. Dissolução parcial na sociedade limitada. In: ULHOA, Fábio Coelho (coord.). Tratado de Direito Comercial. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Intervenção judicial liminar na administração de sociedades. In: Poder de controle e outros temas de Direito Societário e Mercado de Capitais. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2010.e



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

PRADO, Maria da Glória Ferraz de Almeida. Exclusão do Controlador na Sociedade Anônima. São Paulo: Lumen Juris, 2018.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Márcia Cristina de Souza Alvim
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito e Liberdade
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objetivo discutir um dos Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil: O Direito à Liberdade. Que é liberdade? O que é ser livre? É possível construir uma filosofia da liberdade? Como o Direito deve emancipar as ações humanas para a efetividade desse princípio fundamental? As aulas serão realizadas de forma expositiva e seminários.

Bibliografia Básica:

ARENDDT, Hannah. O que é Política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HABERMAS, Jurgen. Comentários à Ética do Discurso. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles e CHARLES, Sébastien. Os Tempos Hipermodernos. Lisboa: Edições 70, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou Da Educação. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Márcio Cammarosano
Disciplina:	Categorias Fundamentais do Direito Administrativo I
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O Conceito de Direito e a identidade do Direito Administrativo; Teoria dos princípios e o regime jurídico administrativo; segurança jurídica, legalidade, moralidade e probidade; inovações legislativas categoriais.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais, tradução de Virgílio Afonso da Silva, Malheiros Editores, S.P.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editores. SP

CAMMAROSANO, Márcio. O Princípio Constitucional da Moralidade e o Exercício da Função Administrativa. Belo Horizonte: Editora Fórum

CANARIS, Claus Wilhelm. Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito, tradução de A. Menezes Cordeiro, Fundação Caloriste Gulbenkian, Lisboa.

KELSEN, Hans. Teoria Geral das Normas, tradução de José Florentino Duarte, Sérgio Antônio Fabris editor, Porto Alegre, RS.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Filosofia do Direito I - A Conjectura Sistêmico-construcionista
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentação dos principais encaminhamentos de uma visão sistêmico-construcionista da atividade dos juristas para a efetividade do Direito. Discutir questões de método no âmbito da Teoria do Direito. Apresentar condições para a efetivação dos direitos humanos e suas garantias constitucionais.

Bibliografia Básica:

PUGLIESI, Márcio. Teoria Geral do Direito. São Paulo: Aquariana, 2022.

_____. Filosofia Geral e do Direito, São Paulo: Aquariana, 2022.

Outros textos segundo a evolução do curso.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Filosofia do Direito II - o advento da sociedade de dados
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentação de novas questões para a Filosofia do Direito pela progressiva transição do sistema produtivo pós-capitalista para a sociedade de dados. Discutir questões de fundo por efeito do Direito Eletrônico e do avanço de problemas filosóficos por efeito da propriedade imaterial, da lei de proteção de dados e nova empregabilidade: em suma, questões atuais no ponto de inflexão em que se encontra a sociedade. Exame das questões éticas mais relevantes nesse novo modo de vida.

Bibliografia Básica:

FEBBRAJJO, Alberto & HARSTE, Gorm (eds.). Law and Intersystemic Communication: understanding 'structural coupling'. Surrey/Burlington: Ashgate, 2013.

PUGLIESI, Márcio. Filosofia Geral e do Direito, São Paulo: Aquariana, 2022.

ZUFFO, João Antonio. A sociedade e a economia no novo milênio - os empregos e as empresas no turbulento alvorecer do século XXI. Livro I. A tecnologia e a infossociedade. Barueri/SP: Manole, 2003.

_____. A sociedade e a economia no novo milênio - os empregos e as empresas no turbulento alvorecer do século XXI. Livro III - a infoeconomia. Barueri/SP: Manole, 2004.

Outros textos a apresentar durante o curso.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Marco Antônio Marques da Silva
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Constitucionalização do Processo e do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Direito, Justiça e Política. Direito e Norma Jurídica. Causas Essenciais do Direito. Princípios e regras jurídicas: conflitos e critérios de solução. Eficácia da Lei no tempo e seus princípios fundamentais. Ordenamento Jurídico e Hermenêutica. Justiça e Teorias Procedimentais. Fundamentos do Estado Democrático de Direito e o Acesso à Justiça. O Princípio Constitucional da Dignidade Humana. O fenômeno da Constitucionalização. A Constitucionalização do Direito e do Processo. A ordem constitucional de valores e a imposição de uma coerência na legislação ordinária. Identificação do Processo no Sistema Constitucional de Direitos e Garantias Fundamentais. O processo constitucional como instrumento de interpretação de institutos jurídicos. Relações de poder: relação de autoridade, de liderança, de reputação e detentor do poder.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. Teoría de la argumentación jurídica: la teoría del discurso racional como teoría de la fundamentación jurídica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.

DE CICCIO, Claudio & GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 2ª edição, 2009.

DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição, 2010.

MIRANDA, Jorge & SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. São Paulo: Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas, 7ª edição, 2013.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Marcus Elidius Michelli de Almeida
Disciplina:	Cláusulas Contratuais nos Contratos Empresariais - mecanismos para se evitar conflito
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo dos princípios e regras que norteiam a formação dos contratos em geral, bem como análise de alguns dos principais contratos empresariais, discutindo a sua redação e interpretação como forma de evitar conflitos.

Bibliografia Básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. 15ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. v.3.

CAHALI FILHO, Yussef (coordenador). Contratos Nominados. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.

COMPARATO, Fábio Konder. Tratado teórico e prático dos contratos. São Paulo: Ed. Saraiva, 1993.

v.1 a 5.

FORGIONI, Paula Andrea. Teoria Geral dos Contratos Empresariais. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

GALGANO, Francesco. Trattato di Diritto Commerciale e di Diritto Pubblico dell'Economia. Padova: CEDAM, 1977, v.1.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Maria Celeste Cordeiro Leite Santos
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Da Pirâmide a Rede. Estudos Sobre o Ordenamento Jurídico em Hans Kelsen, a Dialética de François Ost e a Teoria Sistêmica de Niklas Luhmann / Gunther Teubner
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

As transformações do Direito no mundo ocidental desde o paradigma dominante, representado pela pirâmide, centralizado e hierarquizado tem sua origem na Grécia clássica, ganha o seu apogeu no positivismo lógico do período entre guerras do século XX. Kelsen, Hart e Ross, são alguns dos expoentes do pensamento jurídico que escreveram suas obras mais importantes, quando predominava uma visão de inundo caracterizada pela *ordem e estabilidade*, uma ordem política centrada no Estado, símbolo da soberania, uma ordem jurídica baseada na *norma*, um imperativo imposto sob ameaça de coerção. Não obstante, esse universo não era estático e se pôs em movimento. Surgiram novas perspectivas, entre outras a globalização dos mercados financeiros, a crescente interdependência entre economias e culturas, o progresso das *tecnologias digitais*, o aparecimento de importantes *poderes privadas* (empresas transnacionais e organizações não governamentais), o aumento do poder dos juizes, o culto aos direitos humanos, o multiculturalismo, etc. Da crise do modelo piramidal emere o paradigma do direito em rede. Nele, o Estado deixa de ser o foco único da soberania e a vontade do legislador deixa de ser um dogma. Juizes transformam-se em co-autores da lei, os sistemas normativos se enredam. A teoria dos sistemas e o hipercido do Direito nos traz nova visão. O curso visa demonstrar que o Direito persegue a justiça. Gunther Teubner representa, esse tipo de reação, mais além do pluralismo jurídico.

Bibliografia Básica:

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Coimbra: Arménio Amado Editores, ed 1984.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

LULIMANN Tildas. Gesellse&ytsstruktur und Semantik. Berlim: Suhrleamp Verlag, 1989.

OST, François. Contara lei. As fontes do Imaginário jurídico. Porto Alegre: Ed. UNISINTOS, 2018.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite dos. Poder Jurídico e Violência Simbólica. Problemas do Poder na Ohm Póstuma de Hans Kelsen. São Paulo: Cultural Paulista, 1985.

TEUBNER, Gunther. El Derecho cremo Sistema Autopoético dela Sociedad Global. Santiago: Olejnik, 2017.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Maria Helena Diniz
Professores Convidados:	Maria Helena Marques Braceiro Daneluzzi e Déborah Regina Lambach Ferreira da Costa
Disciplina:	Direito sucessório no direito privado, (civil e empresarial), no direito internacional privado e no direito comparado (questões problemáticas)
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil Comparado
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Esta disciplina tem por escopo estudar questões polêmicas voltadas à discussão no direito brasileiro e no direito comparado, problemas na orbita do direito civil, do direito empresarial e da indicação dos elementos de conexão para a solução de fatos interjurisdicionais sucessórios.

Bibliografia Basica:

CAPELLO DE SOUZA, Licoes de direito das sucessoes, Coimbra, 1990.

DINIZ, M.H. Curso de direito civil brasileiro, Saulo, Saraiva, 2022 vol 6 e 8.

PINTO FERREIRA, Tratado das heranças e testamentos, São Paulo, saraiva, 1986.

ZANNONI, Manual del desenho de las sucessões Buenos Aires, 1990.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Miguel Horvath Junior
Disciplina:	Metodologia Científica e Didática do Ensino Superior
Núcleo de Pesquisa:	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade instrumentalizar o aluno para melhor escrever sua dissertação e capacitá-lo para a ministração de aulas seja no estágio profissional ou no ambiente real de sala de aula. No curso estudaremos as interrelações entre a ciência jurídica e a ciência metodológica. Bem como capacitar o pós-graduando ao magistério na área do direito. Além do estudo da criação desenvolvimento e finalização do projeto científico. Estudo da redação científica e das formas de citação estudará os seguintes temas: O direito como ciência. O conhecimento e a pesquisa. Trabalho científico. A importância do trabalho científico. A escolha do tema. A revisão da literatura. A organização das fontes e materiais de pesquisa. Elementos do projeto de pesquisa científica. Técnicas de normatização do trabalho científico. As formas de apresentação do trabalho científico: Tese, Dissertação, trabalho didático, monografia de conclusão de curso, resenha bibliográfica, fichamento. Didática do ensino superior.

Bibliografia Básica:

MASETTO, Marcos T. O professor na hora da verdade: a prática docente no ensino superior. São Paulo: Avercampo, 2010

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Compreender e ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TAGLIAVINI, João Virgílio. Aprender e ensinar direito para além do direito que se ensina errado. São Carlos, SP: Edição do autor, 2013.

VENTURA, Deisy. Ensinar Direito. São Paulo: Editora Manole, 2004.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Nathaly Campitelli Roque
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Do Modelo Positivista ao Acesso à Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A Disciplina Teoria Geral do Direito - do modelo positivista ao Acesso à Justiça, visa à construir uma análise, estrutural e histórica, das relações entre Direito, Estado e suas inter-relações com o Acesso à Justiça e ao Judiciário. A partir das óticas monista, dualista e da gradação da positividade jurídica, buscar-se-á compreender a importância do Estado na produção do Direito moderno, bem como as relações entre Soberania e Poder dentro de uma perspectiva democrática e plural a fim de construir um Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Básica:

- CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à Justiça, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz. ENCICLOPÉDIA JURÍDICA PUCSP. <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>
- KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado. 3. ed. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- REALE, Miguel. Teoria do direito e do estado. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- SADEK, Maria Teresa (Org.). Acesso à Justiça. São Paulo: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Nelson Saule Junior
Professor Convidado:	Marcelo Gomes Sodré
Disciplina:	Políticas Públicas, Direitos Difusos e Formas de Atuação da Sociedade Civil e Instituições Essenciais à Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Direito Urbanístico
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como objetivo refletir sobre os seguintes temas: (i) as políticas públicas e o direito; (ii) judicialização dos conflitos sociais e conflitos urbanos e ambientais; (iii) ativismo judicial e de advocacy ; (iv) conflitos entre direitos (v) responsabilidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dos Entes Federativos na proteção dos direitos difusos; (vi) o papel e formas de atuação da sociedade civil organizada e das Instituições essenciais da Justiça como o Ministério Público e Defensoria Pública na proteção desses direitos. Tais temas serão pesquisados a partir dos diversos ramos do direito - direito do consumidor, direito ambiental, direito urbanístico e dos direitos humanos da criança e do adolescente, dos portadores de deficiências, dos idosos, das mulheres e pessoas LGBTQIA+ dentre outros - com especial ênfase na análise de casos concretos, tais como: projetos e intervenções de impacto nas mudanças climáticas e aquecimento global, , prestação e atendimento de serviços públicos como saúde, serviço social, acesso a equipamentos públicos e sociais requisição de medicamentos ao poder público, projetos e intervenções de impacto urbano e ambiental dano moral coletivo, aplicação do estatuto do idoso e política de atendimento da criança e do adolescente, idosos, mulheres e pessoas portadoras de deficiência e LGBTQIA +.

Bibliografia Básica:

Cristian Luiz da Silva e José Edmilson de Souza Lima, Políticas Públicas e Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável, Editora Saraiva, 1ª edição , 2017 São Paulo



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

Gabriel Wedy, Série IDP - Desenvolvimento Sustentável na Era das Mudanças Climáticas um direito fundamental, Editora Saraiva; 1ª edição 2018, São Paulo

Julio Grostein, Ativismo Judicial: Análise Comparativa do Direito Constitucional Brasileiro e Norte-americano. Almedina; 1ª edição, 2019.

Maria Paula Dallari BUCCI. O conceito de política pública em direito. In Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico (Maria Paula Dallari Bucci, org.) São Paulo: Saraiva, 2006.

Rosângela Dias de Oliveira Paz e Ademir Alves da Silva. Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise: Capitalista contemporânea, Editora Paulinas; 1ª edição, 2019, São Paulo.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Olavo de Oliveira Neto
Professores Convidados:	Arlete Inês Aurelli e João Batista Lopes
Disciplina:	Aspectos Contemporâneos da Tutela Provisória
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O Código de Processo Civil prevê a existência de uma parte geral e de uma parte especial, sendo aquela destinada ao tratamento das estruturas básicas do processo, aplicáveis a todas as suas espécies. Inúmeras são as alterações existentes em cada instituto, procurando a legislação traçar perfis adequados à atual realidade social. Mesmo uma análise perfunctória dos textos já permite ao interprete perceber que nossa atual legislação, a partir da sua entrada em vigor, promoveu um aggiornamento dos institutos processuais, concebidos e estudados sob a óptica da fase autonomista do direito processual civil, trazendo-os para uma realidade aderente a hodierna ideologia do processo, na qual se busca prestar uma tutela perfeitamente aderente ao direito material. Tal dinâmica deverá ser constatada a partir de um aprofundado estudo da doutrina nacional, bem como do cotejo da nossa legislação com sistemas de outros países, tudo com o desiderato de compreender adequadamente os "novos institutos". Diante de tal contexto, a disciplina pretende realizar um estudo comparativo entre o antigo e o novo perfil da tutela provisória, seja no que toca a sua concessão, seja no que toca a sua efetivação.

Bibliografia

ARRUDA ALVIM, Teresa et all (coord.). Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: RT.

AURELLI, Arlete Inês. Liminares nos procedimentos especiais e o novo código de processo civil. RBDPRO, vol. 105, p. 39-62.

BUENO, Cássio Scarpinella et all (coord.). Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva.

LOPES, João Batista. Tutela provisória. São Paulo: Brasília: Gazeta Jurídica, 2018.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

OLIVEIRA NETO, Olavo de, OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de. Tutela provisória. São João da Boa Vista: Editora Filomática Sorocabana, 2021.

OLIVEIRA NETO, Olavo de. Poder geral de coerção. São Paulo: RT, 2019.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Lógica deôntico-jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O objetivo deste curso é instigar o acadêmico a conhecer as categorias da Lógica Jurídica e da Análise do Discurso, a partir de modelos consagrados na Teoria Geral do Direito e na Filosofia, com supedâneo nas modernas pesquisas sobre a linguagem e interpretação de textos.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. (Coord.) et BRITTO, Lucas Galvão (Org.). Lógica e Direito. São Paulo: Noeses, 2016
- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário, Linguagem e Método. São Paulo: Noeses, 2019.
- ECHAVE, Delia Tereza; URQUIJO, Maria Eugenia; GUIBOURG, Ricardo. Lógica proposición y norma. Buenos Aires: Astrea, 1991
- MORTARI, Introdução à Lógica. São Paulo: UNESP, 2001
- VILANOVA, Lourival. Estruturas lógicas e o sistema de direito positivo. São Paulo: Noeses, 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A forma superior de sistema poderá ser identificada sempre que se observe conjunto de objetos reunidos e organizados segundo referência unitária. Por isso, estudar um sistema qualquer exige a compreensão dos seus elementos, bem como as relações que esses mantenham entre si. Para estudar o sistema de direito positivo será utilizado modelo para análise das normas jurídicas, construído a partir de categorias da teoria geral do direito e potencializado por instrumentos teóricos da filosofia da linguagem e da semiótica. Já o estudo das relações que as normas mantêm entre si, será feito com vista à percepção dos efeitos normativos que projetam. Desta forma, a validade das normas jurídicas, as antinomias, as regras de superação de antinomias, além das técnicas de argumentação, utilizadas na solução de conflitos, serão abordadas como temas decorrentes da especial forma de relação que as normas mantêm entre si no interior do sistema.

Bibliografia Basica:

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário Linguagem e Método. 7.ed. São Paulo: Noeses, 2018.

CARVALHO, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário. 2ª.ed. São Paulo: Noeses, 2014.

ECHAVE, Urquijo e Guiboug. Lógica, proposición y norma. Buenos Aires: Astrera, 1986.

GUASTINI, Riccardo. Das fontes às normas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

VILANOVA, Lourival. Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo. 3ª.ed. São Paulo: Noeses, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Direito Tributário: Fundamentos Jurídicos da Incidência
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Tomando-se o direito como substrato linguístico orientado para a disciplina dos comportamentos dos seres humanos nas suas relações de intersubjetividade e tendo por base o caráter eminentemente instrumental com que surge a relação jurídica, essa disciplina pretende estudar a operatividade do direito, regulando as condutas interpessoais, pelo ângulo da fenomenologia da incidência das normas jurídicas tributárias e dos atos subsequentes, relativos ao processo de constituição dos dados jurídicos tributários, mediante a linguagem das provas.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, P. de B. Direito Tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, P. de B. Direito Tributário: Linguagem e Método. 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2018.

VILANOVA, L. Escritos Jurídicos e Filosóficos, vol. 1. São Paulo: Axis Mundi, 2003.

VILANOVA, L. Causalidade e Relação no Direito. 5. ed. São Paulo: Noeses, 2015.

TOMÉ, F. D. P. A prova no direito tributário. São Paulo: Noeses, 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Paulo Sérgio Feuz
Disciplina:	Sociedade Anônima do Futebol e seus reflexos jurídicos
Núcleo de Pesquisa:	Direito Desportivo
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Futebol na Constituição Federal
Futebol como Atividade Econômica
Futebol Meio Ambiente Cultural
Organização Internacional do Futebol
Organização Societária do Futebol nos USA
Organização Societária do Futebol na Inglaterra
Organização Societária do Futebol - Portugal e Espanha
Organização Societária do Futebol na América do Sul
Clubes Associativos no Brasil
Sociedades Empresárias no Futebol Brasileiro
Sociedade por Ações no Futebol
Gestão da Sociedade
Transformação, fusão e cisão do clube em SA
Gestão do passivo Trabalhista, Cível e Tributário
Recuperação extrajudicial e Judicial
Grupo Econômico - Responsabilidade
Projetos incentivados.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Luiz Alberto David: Nunes Júnior, Vidal Serrano, Curso de Direito Constitucional, Saraiva;

FEUZ, Paulo Sérgio, Direitos do Consumidor nos Contratos de Turismo, Edipro;

MELO FILHO, Álvaro, Nova Lei Pelé: Avanços em Impactos- Editora Maquinária;

MELO FILHO, Álvaro, Desporto: Na ordem Jurídico Constitucional Brasileira, Editora Malheiros;

MELO FILHO, Álvaro, Desporto na Nova Constituição, Editora SAFE - Sérgio Antônio Fabbris.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano
Disciplina:	Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Tratar do tema das teorias jurídicas contemporâneas, tais como positivismo excludente, positivismo incluyente e positivismo normativo no mundo anglo-saxão, bem como o positivismo normativista e o positivismo garantista ou crítico no mundo europeu continental, bem como das teorias avaliativas, tratando, ao final, da crise das aplicações das Constituições democráticas na contemporaneidade.

Bibliografia Basica:

- Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen,
- O Conceito do Direito de Herbert Hart,
- Positivismo Juridico Incluyente de Wilfrid Waluchow,
- Princípios Iuris: Teoria de la Democracia de Luigi Ferrajoli,
- Breve Ensaio sobre Jurisdição e Exceção de Pedro Serrano.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Teoria da Decisão Jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A matéria tratará da Teoria da Decisão Jurídica, tratando do ponto de vista sobre o tema, inclusive a aceitação da possibilidade de teoriza-lo, indo dos positivismo excludente e includente anglo-saxões, positivismo normativista e o crítico europeus, teorias avaliativas discursivas-procedimentalistas e interpretativistas, teoria crítica, teoria hermenêutica-crítica, decisão judicial e medidas de exceção.

Bibliografia Básica:

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito, Editora Martins Fontes, SP 2006.

HART, Herbert, O Conceito de Direito, Editora Martins Fontes, SP 2009

Inclusive Legal Positivism, Wilfred Waluchow, Clarendon Press Oxford

Izquierda y Derecho, Duncan Kennedy, Siglo Veintuno Editores

Autoritarismo e Golpes na América Latina - Breve Ensaio sobre Jurisdição e Exceção, ed. Alameda.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Regina Helena Costa
Professor Convidado:	Vidal Serrano Nunes Júnior
Disciplina:	Separação de Poderes e Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A matéria tem por objetivo explorar os mecanismos institucionais de formatação do Estado sob a perspectiva de sua adequação ao propósito de proteção dos direitos fundamentais. Para tanto, além da análise puramente teórica, buscar-se-á o estudo de modelos estrangeiros e sua adequabilidade ao plano nacional, não só sob a perspectiva da comparabilidade dos modelos estudados, como também das nuances organizacionais que experimentamos no Brasil.

Bibliografia Básica:

Ackerman, Bruce. A nova separação dos poderes. Ed.: Lumen Juris.

Alexy, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2008.

Bucci, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. Ed.: Saraiva.

Canotilho, J.J Gomes. Os Poderes do Presidente da República: especialmente em matéria de defesa e política externa. Ed.: Coimbra.

Nunes Jr, Vidal Serrano. A Cidadania Social na Constituição de 1988. Ed. Verbatim.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito Constitucional.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Renato Lopes Becho
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - General Theory of Law: Judicial Perspectives
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

This discipline aims to expose, analyze and confront some of the most relevant judicial perspectives of the General Theory of Law (TGD), focusing on the Common Law system and on the Civil Law system. Master's degree candidates will be invited to read and debate some of the most recognized judges and justices who published their points of view.

Bibliografia Básica:

BARAK, Aharon. The judge in a democracy. Princeton: Princeton University Press, 2006.

HOLMES, Jr., Oliver Wendell. The path of the law and the Common Law. New York: Kaplan, 2009.

JUDGE, Lord. The safest shield: lectures, speeches and essays. Oxford and Portland (Oregon, EUA): Hart, 2015.

POSNER, Richard. How judges think. Cambridge (Massachusetts, EUA): Harvard University Press, 2010.

SCALIA, Antonin. A matter of interpretation: federal Courts and the law. Princeton: Princeton University Press, 1997.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Todas as atividades ocorrerão em inglês.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Ricardo Marcondes Martins
Disciplina:	Teoria do ato administrativo à luz da ponderação de interesses
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Preordena-se a disciplina a estudar o ato administrativo com base nas premissas da teoria da ponderação de interesses. Examinar-se-á a decisão administrativa tendo em vista a teoria da norma jurídica. Diferenciar-se-á o exercício da competência vinculada do exercício da competência discricionária. Examinar-se-ão os pressupostos e os elementos do ato, com especial atenção à aplicação do postulado da proporcionalidade. A anatomia do ato jurídico será realizada sob o crivo da teoria dos três planos jurídicos: existência, validade e eficácia. Examinar-se-á a patologia do ato e, pois, sua invalidade jurídica, e a terapêutica do ato, a correção de seus vícios. Nesse sentido, serão estudadas as teorias da modificação e da extinção dos atos jurídicos. Por fim, serão estudados os atributos do ato administrativo. A disciplina oferece base para compreensão de todo exercício de função estatal, a partir da teoria geral do direito público.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; MARTINS, Ricardo Marcondes. Tratado de direito administrativo - Volume 05: Ato administrativo e Procedimento administrativo. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Estudos de direito administrativo neoconstitucional. São Paulo: Malheiros, 2015.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ZANCANER, Weida. Da convalidação e da invalidação dos atos administrativos. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Roberto Baptista Dias da Silva
Disciplina:	Direito Fundamental à Liberdade
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem por objetivo o estudo do direito fundamental à liberdade, partindo da análise dos conceitos de liberdade para, em seguida, ingressar em questões específicas sobre o tema, como a liberdade de disposição sobre o próprio corpo, a liberdade religiosa, acadêmica, de profissão, de associação, de manifestação, de imprensa e de expressão, abarcando, entre outras, a liberdade artística e o discurso do ódio. O curso pretende fazer uma abordagem teórica sobre os aludidos assuntos e, também, uma apreciação crítica de casos emblemáticos julgados pelos tribunais brasileiros e estrangeiros. O estudo desses temas exigirá, obrigatoriamente, a pesquisa sobre as ferramentas necessárias à solução dos problemas advindos da aplicação do direito fundamental à liberdade, especialmente quando em colisão com outros direitos fundamentais.

Bibliografia Básica:

Alexy, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2008.

Berlin, Isaiah. Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Fiss, Owen M. A ironia da liberdade de expressão: estado, regulação e diversidade na esfera pública. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

Mill, John Stuart. A liberdade; utilitarismo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Dworkin, Ronald. O direito da liberdade: a leitura moral da Constituição norte-americana. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Rogério José Ferraz Donnini
Professores Convidados:	Mairan Gonçalves Maia Júnior e Rosa Maria Barreto Borriello Andrade Nery
Disciplina:	Patrimonialidade, Responsabilidade Civil e Sucessão <i>causa mortis</i>
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O tema ofertado nesta disciplina visa ao estudo da circulação de riquezas, pelo negócio jurídico, pelas consequências da responsabilidade civil e pelos fatores de sucessão *causa mortis*. Finalidade: a análise de temas relacionados à personalidade, capacidade e legitimidade; direito de humanidade e autonomia da vontade; patrimônio e imputação civil dos danos; princípio da responsabilidade (*neminem laedere* e *iustitia protectiva*); responsabilidade civil no ciberespaço; imprensa, novas mídias, fake News e deepfake; dano tautológico; responsabilidade civil entre cônjuges; família: novas concepções e suas consequências para a sucessão (legítima e testamentária); e planejamento sucessório, entre outros temas

Bibliografia Basica:

- DONNINI, Rogério José Ferraz. Responsabilidade civil na pós-modernidade, São Paulo: Sérgio Fabris, 2015
- LARENZ, Karl - Metodologia da ciência do direito, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 3 ed., 1997, trad. de José Lamego.
- MAIA JR. Mairan Gonçalves. Sucessão legítima, São Paulo: Thomson Reuters/Revista dos Tribunais, 2018
- NERY, Rosa Maria B.B.A. e NERY JR., Nelson - Instituições de Direito Civil, 2. vol., São Paulo: Thomson Reuters/Revista dos Tribunais, 2019
- ROPPO, Vincenzo. Il racconto della legge, Milano: Baldini-Castoldi, 2019.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Roque Antônio Carrazza
Disciplina:	Princípios do Direito Constitucional e Processual Tributário
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

O Curso desenvolverá estudos avançados da disciplina, especialmente sobre os princípios constitucionais tributários e processuais tributários. Os temas serão analisados sob a óptica da Escola de Direito Tributário da PUC/SP, mais voltada à valorização dos grandes princípios constitucionais tributários. Isto dará aos doutorandos a oportunidade de conhecer melhor a linha científica do saudoso mestre GERALDO ATALIBA e, eventualmente, de adotá-la, sem prejuízo de outras, por igual modo respeitáveis.

Bibliografia Básica:

- 1) Roque Antonio Carrazza - Curso de Direito Constitucional Tributário (Malheiros Editores, São Paulo, 33ª ed., 2021).
- 2) Paulo de Barros Carvalho - Curso de Direito Tributário (Noeses, São Paulo, 31ª ed., 2021).
- 3) Geraldo Ataliba - República e Constituição (Malheiros Editores, São Paulo, 3ª ed., 2011).
- 4) Aliomar Baleeiro - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar (atualizada por Mizabel Derzi, Forense, Rio de Janeiro, 8ª edição, 2010).
- 5) Renato Lopes Becho - Lições de Direito Tributário (Saraiva, São Paulo, 3ª ed., 2015).

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito Constitucional e Processual Tributário.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Disciplina:	Filosofia do Direito: Justiça e Vingança
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	2º/2022
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Justiça e vingança é uma dicotomia dissimulada pela ciência do Estado soberano. Com o seu aparecimento, a noção de ordem se sobrepõe na discussão da justiça. Com isso uma visão da justiça como vingança se torna inaceitável, pois a vingança parece ter a ver antes com um turbilhonamento da ordem. O que usualmente leva a trabalhar o tema em termos de evolução. A proposta é sair do modelo e ver justiça e vingança nos seus entrelaçamentos permanentes a constituir o espaço jurídico.

1. Metodica de análise: história, mito e ontologia.
2. Themis e Diké: a estrutura da vingança.
3. Vingança e justiça: o nascimento do tribunal.
4. A instituição penal: punir, justiça/vingança.
5. Contrato: justiça e vingança no direito privado.
6. Justeza e senso de justiça - para uma delimitação entre justiça e vingança.

Bibliografia Basica:

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco

NIETZSCHE. Genealogia da Moral

SOLOMON, Robert. Justice v. Vengeance. em The Passions Of Law, coord. Susan Bandes, 1999

CÂNDIDO, Antonio. Conde de Monte Cristo e a vingança capitalista. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Filosofia do Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Thereza Celina Diniz De Arruda Alvim
Professores Convidados:	Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim e Nelson Luiz Pinto
Disciplina:	Processo e Constituição
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina proposta tem por objeto o estudo dos institutos mais relevantes de direito processual previstos na Constituição Federal, tanto na perspectiva do direito constitucional processual quanto do direito processual constitucional. Serão estudados os princípios do processo previstos no âmbito da Constituição Federal, os principais institutos processuais com previsão neste âmbito, como a coisa julgada, bem como as ações constitucionais e as ações coletivas. Também serão objeto de estudo as funções dos Tribunais de Cúpula, com especial ênfase às Ações de Controle Concentrado de Constitucionalidade, aos instrumentos que permitem o Controle Difuso de Constitucionalidade, ao processamento e julgamento dos recursos extraordinários e ao sistema de precedentes.

Bibliografia

- ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. 20. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.
- ALVIM, Eduardo Arruda. Direito Processual Civil. 6. ed. São Paulo, Saraiva, 2019.
- ALVIM, Thereza. O direito processual de estar em juízo. São Paulo: RT, 1996.
- ARRUDA ALVIM, Teresa. Embargos de declaração: como se motiva uma decisão judicial? 5. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.
- NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo na Constituição Federal. 13º ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2017.
- NERY JUNIOR, Nelson. Teoria geral dos recursos. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao Código de Processo Civil. v. 5. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

PINTO, Nelson Luiz. Manual dos recursos cíveis. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	William Santos Ferreira
Professores Convidados:	Cassio Scarpinella Bueno e Teresa Celina de Arruda Alvim
Disciplina:	Direito Jurisprudencial: Compreensão, Operação e Perspectivas
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2022
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Direito Jurisprudencial. Compreensão do sistema disciplinado pelo modelo constitucional do direito processual civil e pelo CPC. Padrões operativos: técnicas de criação, de aplicação e de modificação. Indexação jurisprudencial. Fato e Precedente. Perspectivas: análise crítica de decisões paradigmáticas do STJ.

Bibliografia Básica:

ALVIM, Teresa Arruda. Modulação na alteração da jurisprudência firme ou de precedentes vinculantes. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

FERREIRA, William Santos. Antes e depois do paradigmático julgamento acerca do cabimento do Agravo de Instrumento (Tema 988) – Tradição, prática, gestão de processos, taxatividade, interpretação, preclusão, “fatispécies” determinadas e determináveis e a força dos precedentes”, in O CPC de 2015 visto pelo STJ, ARRUDA ALVIM, Teresa; kukina, Sérgio Luiz; OLIVEIRA, Pedro Miranda de e FREIRE, Alexandre (coord.), 2021, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

KUKINA, Sérgio; ALVIM, Teresa Arruda; FREIRE, Alexandre; OLIVEIRA, Pedro Miranda (coord.) 5 anos de vigência do CPC na jurisprudência do STJ. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, de São Paulo, 2021.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. Súmulas e precedentes qualificados: técnicas de formação e aplicação. São Paulo: Saraiva, 2019.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum, processos nos Tribunais e recursos, vol. 2. 10ª edição. São Paulo: Saraiva, 2021.